



## INVESTIGAÇÃO

# CPMI mira sindicato do irmão de Lula

Comissão que apura fraudes no INSS aprova requerimentos para obter informações do Sindnapi, cujo vice-presidente é Frei Chico

» WAL LIMA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que investiga fraudes em benefícios de aposentados e pensionistas, aprovou requerimentos que colocam sob investigação o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi). A entidade tem como vice-presidente José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O depoimento dele está previsto para semana que vem.

Embora Frei Chico não tenha sido nominalmente citado nos pedidos, as diligências miram a atuação da entidade no período de 2015 a 2025, em meio às suspeitas de descontos irregulares em benefícios previdenciários.

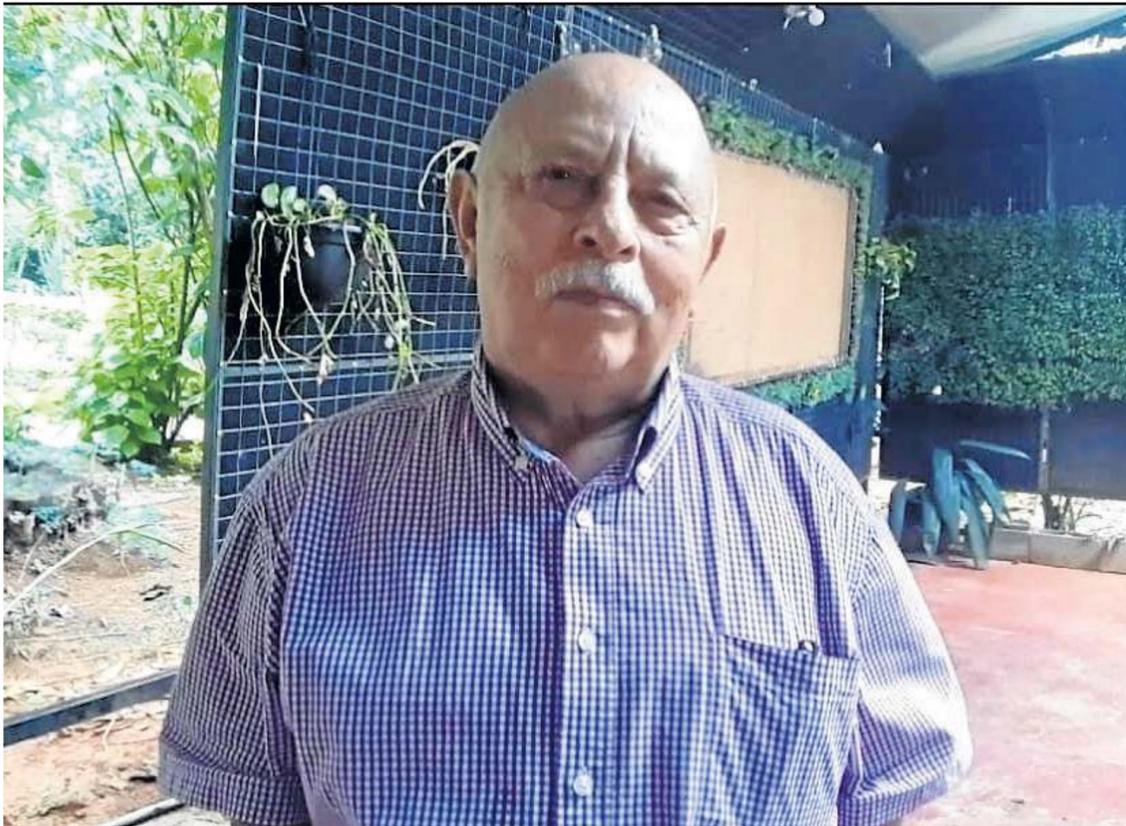
Entre os requerimentos aprovados, estão a relação de pessoas que, mediante procuração, representaram o Sindnapi nos últimos oito anos, e o acesso a dados das contas bancárias informadas pela instituição para recebimento de recursos do Fundo do Regime Geral da Previdência Social.

“Há fortes indícios de que, assim como em outras entidades sindicais do mesmo setor, o Sindnapi tenha utilizado acordos de cooperação técnica e convênios com o INSS para operacionalizar filiações em massa e arrecadar valores diretamente das aposentadorias, sem consentimento informado de grande parte dos filiados”, argumentou a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), autora dos dois requerimentos.

Também na semana que vem, deve ser ouvido o ex-ministro da Previdência Carlos Lupi, presidente do PDT. A comissão aprovou convite para que ele compareça, ou seja, não há obrigatoriedade. Mas, se o pedido for ignorado, os parlamentares consideram transformar a convocação em obrigatoria.

A CPMI também concentra esforços em investigar Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido

Evandro Eboili/CB/DAPress



CPMI quer saber quais pessoas tinham procuração para representar o Sindnapi, de Frei Chico, e dados das contas bancárias que receberam valores

como “Careca do INSS”, apontado pela Polícia Federal como um dos operadores centrais do esquema. O colegiado aprovou pedidos para analisar a movimentação internacional e os veículos apreendidos que estão em nome dele. Além disso, pretende levantar informações sobre os gabinetes da Câmara e do Senado que ele frequentou entre 2019 e 2025.

Outro alvo dos requerimentos é o empresário Maurício Camisotti, citado como um dos principais articuladores do esquema fraudulento. Segundo o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), o colegiado decidiu adotar

medidas mais rígidas para garantir os depoimentos.

“Orientei ontem que a Polícia Legislativa fosse até a casa dos convocados para buscar a assinatura da intimação. Primeiro tentamos contato com os advogados, mas como não houve retorno, a medida se fez necessária”, afirmou Viana.

### Requerimentos

Ao todo, os parlamentares aprovaram 54 requerimentos ao longo da reunião de ontem. Entre os quais, pedidos de informações à Polícia Federal, à Dataprev, ao

Supremo Tribunal Federal (STF), à Controladoria-Geral da União (CGU), à Defensoria Pública da União (DPU) e ao Banco Central. Outros dois requerimentos são convites para que a aposentada Ezimar Vieira dos Santos, uma das vítimas dos descontos irregulares. Segundo Viana, a aposentada procurou a comissão. “E eu gostaria de trazer aqui o depoimento dela sobre os prejuízos que sofreu nos últimos anos”, acrescentou o senador.

Ezimar dos Santos já participou de uma audiência na Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados sobre os descontos

indevidos, onde confrontou o ex-ministro Carlos Lupi. A data da audiência com a aposentada ainda será definida.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ressaltou que os congressistas da CPMI devem criar algum critério para ouvir os aposentados atingidos pelas fraudes, já que foram milhares pelo país.

“Então, que fique também aqui registrado, que a gente possa discutir numa outra situação como será o critério para convidar beneficiários que foram lesados, senão a pessoa vem aqui na porta e diz: ‘Oh, eu quero ser ouvido!’, pontuou Pimenta.

## Projeto vai ao Senado

A Câmara aprovou, por votação simbólica, na quarta-feira à noite, o projeto que dá fim aos descontos relativos a mensalidades associativas nos benefícios pagos pelo INSS. Os deputados rejeitaram todos os destaques, e a matéria foi encaminhada ao Senado.

De autoria do deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB) e sob a relatoria de Danilo Forte (União-CE), o projeto ganhou força após o escândalo da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU) contra descontos indevidos em benefícios do INSS.

Na prática, o projeto retira da Lei da Previdência Social o dispositivo que prevê a possibilidade de desconto relacionado a “mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados”.

A legislação passará a prever que “é vedada a realização de descontos, nos benefícios pagos pelo INSS, referentes a mensalidades, contribuições ou quaisquer outros valores destinados a associações, sindicatos, entidades de classe ou organizações de aposentados e pensionistas, ainda que com a autorização expressa do beneficiário”.

Segundo o relator, não será possível nem mesmo que o beneficiário autorize a realização de descontos de mensalidades associativas. Para pagar por um serviço, por exemplo, o interessado deve fazer a operação por meio de boleto bancário.

Porém, permanece na lei a possibilidade de descontos relacionados a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras. Para isso, o projeto diz que o beneficiário deverá conceder autorização pessoal e específica, mediante termo autenticado por meio de biometria e assinatura eletrônica.

### Críticas

Além disso, o projeto inclui outro dispositivo que autoriza descontos relativos à “amortização de operações de antecipação do benefício previdenciário”.

O projeto gerou críticas de governistas. De acordo com parlamentares da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o texto prejudica os sindicatos e entidades que realizam trabalhos sérios e que sofrerão com a redução de contribuições.

Durante a tramitação, houve uma defesa para que a proposta não vedasse definitivamente as autorizações de descontos e que flexibilizasse o dispositivo. Governistas também apontaram contradição entre proibir definitivamente os descontos dos sindicatos, mas permitir que bancos continuem a praticar a operação.

O bloco também reivindicou que o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) continuasse com a função de fixar a taxa de juros do consignado, em vez de passar a tarefa para o Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelo Banco Central, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento.

## Ex-presidente do INSS ignorou alerta, diz diretora

O ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto resistiu em seguir as recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) para suspender descontos automáticos nas aposentadorias, segundo depoimento da diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios do órgão federal, Eliane Viegas Mota, ouvida ontem na CPMI.

Ela disse que, durante reunião em julho de 2024, a CGU apresentou alternativas para conter os descontos não autorizados, mas Stefanutto questionou o relatório do órgão e respondeu que analisaria os dados, mas nada foi feito.

“Ele disse que faria uma análise das informações apresentadas e avaliaria a possibilidade de executar o que foi proposto, entretanto, não foram suspensos os ACTs até a operação da PF”, explicou Eliane Viegas.

Segundo a diretora, os descontos atingiram 7 milhões de beneficiários entre 2015 e 2024, movimentando R\$ 9,195 bilhões, com valores que saltaram ano a ano, passando de R\$ 387 milhões em 2015 para R\$ 3,4 bilhões em 2024.

Entre as associações investigadas está a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que também foi a primeira entidade a firmar acordo de cooperação técnica com o INSS para realizar descontos associativos diretamente na folha de pagamento de beneficiários. O convênio, segundo a diretora CGU, remonta à década de 1990 e segue ativo até hoje.

### Movimentação

Só entre 2016 e março de 2025, a Contag arrecadou aproximadamente R\$ 3,47 bilhões em descontos automáticos sobre aposentadorias e pensões. “Essas informações constam da folha de pagamento do INSS, que chamamos de folha maciça. Antes de 2016, a CGU não dispõe de dados consolidados. Apenas o INSS pode fornecer os valores anteriores”, explicou a diretora. Ela reforçou, no entanto, que nunca houve decisão de se abster de auditar convênios, mas reconheceu limitações de acesso às bases históricas.

Um dos momentos que mais chamaram a atenção durante a

Carlos Moura/Agência Senado



Segundo Eliane, reunião com o então presidente do INSS ocorreu em 2024

oitava foi quando a diretora relatou que, das 40 entidades envolvidas na investigação das fraudes, “não existe nenhuma em que não haja algum tipo de inconformidade”. O relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), acrescentou que, a partir de agora, vai passar a tratar todas

as associações como “investigadas” e alvos da comissão.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) destacou, porém, que é necessária cautela, lembrando que algumas instituições possuem histórico de projetos sérios de apoio a aposentados

e trabalhadores rurais.

“O que aconteceu é que algumas instituições foram aparelhadas por militâncias e invadidas por bandidos. Precisamos encontrar os responsáveis que se aproveitaram dessas organizações”, frisou Damares. (WL)

### Valores descontados

Veja o montante, segundo a CGU

2015	R\$ 387 milhões
2016	R\$ 406 milhões
2017	R\$ 453 milhões
2018	R\$ 625 milhões
2019	R\$ 574 milhões
2020	R\$ 482 milhões
2021	R\$ 544 milhões
2022	R\$ 784 milhões
2023	R\$ 1,54 bilhão
2024	R\$ 3,4 bilhões

Total R\$ 9,195 bilhões